

RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.882 - RS (2013/0049080-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JORDANA ESPÍNDOLA BEPPLER E OUTRO
ADVOGADOS : DAVID LUTZ E OUTRO(S) - SC014056
VANDERLEI RAULINO DA SILVA
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDRÉ LUÍS DE SOUSA MIRANDA CARDOSO E OUTRO(S) -
SC011822B

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JORDANA ESPÍNDOLA BEPPLER e PRISCILA ESPÍNDOLA BEPPLER contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª Região).

Cuidam os autos, na origem, de ação revisional proposta por JORDANA ESPÍNDOLA BEPPLER e PRISCILA ESPÍNDOLA BEPPLER contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O il. Magistrado julgou improcedente o pedido (sentença às fls. 93/95).

Diante disso, JORDANA ESPÍNDOLA BEPPLER e PRISCILA ESPÍNDOLA BEPPLER interpuseram apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TRF 4ª Região, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 127):

"REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SFH. CONTRATO QUITADO. RESSARCIMENTO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO TRIENAL.

A repetição de indébito relativo a contrato de mútuo bancário quitado, fundamentada em pagamentos a maior por conduta irregular, configura ação de ressarcimento de enriquecimento sem causa, cuja prescrição no NCC/02 é trienal."

Inconformadas, JORDANA ESPÍNDOLA BEPPLER e PRISCILA ESPÍNDOLA BEPPLER manejaram presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 205 do CC/02.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão de fl. 149).

É o relatório. Decido.

A irresignação merece prosperar.

No apelo nobre que pretendem trânsito, sustentam as recorrentes que a ação revisional sujeita-se ao prazo prescricional de 10 anos, na forma do art. 205 do CC/02. O eg. TRF 4ª Região, por sua vez, assentou que o pedido das partes é de devolução de valores fundando-se no enriquecimento sem causa da instituição financeira e, assim, concluiu que a pretensão se sujeitaria ao prazo de 3 anos - art. 206, §3º, inciso III, do CC/02. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão objurgado (fl. 125):

"O enriquecimento compreende todo o aumento patrimonial. É ilícito ou sem causa (justa/legal) quando lastreado diretamente no empobrecimento injusto de outrem, consistindo em locupletamente à cusa alheia. Nestes termos regra do NCC/02 em seu art. 884 que 'Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários'.

O pagamento indevido é, assim, caso típico de obrigação de restituição fundada no princípio da vedação do enriquecimento sem causa. Judicialmente, não deixa de ser ação pessoal entre as partes. Desta feita, a norma geral anterior (CC/16) era o prazo vintenário. O novo codex reduziu o prazo para dez anos, explicitando sua aplicabilidade 'quando a lei não lhe haja fixado prazo menor' (art. 205). No que diz com a restituição de valores pagos a maior que configurem enriquecimento sem causa a norma é clara: 'prescreve em três anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa' (art. 206, §3º, IV), motivo pelo qual não merece retoques a sentença."

Ocorre que esse entendimento contraria o entendimento firmado neste Sodalício, segundo o qual a ação revisional com a respectiva devolução dos valores pagos a maior sujeita-se ao prazo decenal, na forma do art. 205 do CC/02. Corroboram essa conclusão os arestos a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. BANCÁRIO. SALDO DEVEDOR EM CONTA-CORRENTE. 1. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NO ART. 543-C, § 7º, INC. I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO PARA O STJ. IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM. CABÍVEL AGRAVO REGIMENTAL NA ORIGEM. 2. ALEGAÇÃO DE INCORRETA VALORAÇÃO DA PROVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E

PROVAS. 3. PRAZO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO (CÓDIGO CIVIL DE 1916) OU DECENAL (CÓDIGO CIVIL DE 2002). DEVOLUÇÃO EM DOBRO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCLUIU PELO PRAZO DECENAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA N. 7/STJ. 4. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

3. Conforme entendimento assente deste Tribunal, o prazo prescricional para as ações revisionais de contrato bancário, nas quais se pede o reconhecimento da existência de cláusulas contratuais abusivas e a consequente restituição das quantias pagas a maior, é vintenário (sob a égide do Código Civil de 1916) ou decenal (na vigência do novo Código Civil) pois fundadas em direito pessoal.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 763.465/SP, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 27/11/2015, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO EXTINTO PELO PAGAMENTO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 286/STJ. PRESCRIÇÃO DECENAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

2. O prazo prescricional para as ações revisionais de contrato bancário, nas quais se pede o reconhecimento da existência de cláusulas contratuais abusivas e a consequente restituição das quantias pagas a maior, é vintenário (sob a égide do Código Civil de 1916) ou decenal (na vigência do novo Codex) pois fundadas em direito pessoal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 426.951/PR, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 10/12/2013, g.n.)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo merece prosperar para afastar a prescrição da pretensão revisional.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a prejudicial de mérito da prescrição e, assim, determinar o retorno dos autos à origem para apreciar as demais matérias como entender de direito .

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator